

## 6. O conceito de sociedade civil face aos dilemas da globalização

*“A literatura da disciplina de relações internacionais reflete a diversidade de premissas a respeito da sociedade civil”*

Mônica Herz & Andrea R. Hoffmann

### 6.1. Introdução

Enquanto na teoria política o estudo da sociedade civil tem uma presença histórica que remete ao início da modernidade, o mesmo não ocorre no tocante ao estudo das relações internacionais. Neste âmbito, a concepção Estadocêntrica tem sido, desde a fundação da disciplina, a concepção predominante. Isso acarretou, por exemplo, na negligência dos fenômenos que ocorressem no âmbito da sociedade civil, já que o que importava não era o que ocorria *dentro* dos Estados, e sim o que ocorria *entre* os Estados<sup>94</sup>. Tal concepção Estadocêntrica, contudo, vem sendo contestada dentro da disciplina de relações internacionais desde a década de 1970 – mais especificamente a partir do “movimento transnacionalista” no qual é possível destacar Robert Keohane, Joseph Nye, James Rosenau e David Mitrany, por exemplo, que começaram a dar uma maior atenção ao papel desempenhado pelos atores não-estatais nas dinâmicas internacionais. Além disso, teorias vinculadas a matrizes distintas como o materialismo histórico, por exemplo, não partem da primazia ontológica do Estado, dando atenção a certos fenômenos que ocorrem dentro do âmbito estatal.

Intimamente vinculada a essa discussão no nível teórico se encontra o fato de que é possível perceber, nos últimos anos, uma intensificação dos processos de globalização das relações sociais. Ora, tal intensificação influencia de maneira tremenda a ação dos agentes políticos coletivos, que se vêem cada vez mais imbricados na dialética da globalização – sendo ao mesmo tempo estrangulados e

---

<sup>94</sup> Ver, neste sentido, a discussão acerca dos níveis de análise em um dos textos fundadores da disciplina – Waltz, 2004.

colocados face a novas possibilidades de ação política. Neste sentido, dentre outros aspectos é possível notar, nos últimos anos, a proliferação de questões e problemas de caráter transmundial, a intensificação da comunicação transfronteiriça, o crescimento da organização global e o aumento da solidariedade supraterritorial.

Sendo, assim, parte de um processo mais amplo de globalização das relações sociais, a sociedade civil ao mesmo tempo é influenciada e influencia tal processo. Como conseqüência dessa nova configuração da realidade social, é possível perceber o surgimento, a partir dos anos 1990, de uma vasta literatura que busca lidar com este fenômeno da “sociedade civil internacional” ou “global”<sup>95</sup> – na verdade, seguindo Cohen é possível afirmar que “(...) a idéia de uma sociedade civil mundial ou transnacional já se tornou a principal contribuição do século XXI ao debate sobre esse conceito” (Cohen, 2003:419). É importante perceber que os autores aqui trabalhados possuem uma variada gama de particularidades, o que dificulta a classificação dos mesmos e, de certa forma, abre espaço para discordâncias acerca dos critérios de classificação aqui adotados<sup>96</sup>. A despeito dessas questões, buscou-se, na medida do possível, seguir no presente capítulo, a mesma classificação feita no capítulo 4 – o que é deveras útil na medida em que ajuda a perceber as heranças teóricas de cada abordagem e autor.

Dada a vastidão e a importância da literatura acerca do fenômeno da “sociedade civil internacional ou global”, o objetivo do presente capítulo é o de apresentar, mesmo que de maneira breve, tal literatura. Neste sentido buscar-se-á, em primeiro lugar, apresentar os autores novos transnacionalistas; em seguida, será apresentado o republicanismo liberal, seguido da perspectiva *sui generis* de John Keane. Em quarto lugar, será apresentado a abordagem “marxista política” através da obra de Alejandro Colás e, por fim, serão feitas algumas considerações finais acerca dos pontos positivos e negativos de cada uma das concepções teóricas abordadas. Cumpre oportuno destacar que o balanço final do capítulo será

<sup>95</sup> Nas palavras de Herz & Hoffmann, “*historicamente, o termo sociedade civil global ganhou proeminência nos anos 90, impulsionado pela intensificação da globalização e das relações internacionais. Embora ambos fenômenos já fossem verificados nas décadas de 1970 e 1980, o final da Guerra Fria impulsionou o debate acadêmico sobre o tema*” (Herz & Hoffmann, 2004:224). De acordo com Onuf – seguindo sua perspectiva estruturacionista –, o conceito mais apropriado não seria nem o de sociedade civil internacional nem o de sociedade civil global, mas sim o de sociedade civil na modernidade tardia. Assim, “*a sociedade civil na modernidade tardia incorpora todas as outras sociedades civis (...)*” (Onuf, no prelo:1).

<sup>96</sup> Para classificações alternativas, ver Baker, 2002 e Colás, 2002 e no prelo.

mais exaustivo e longo do que o feito na capítulo 4. Isto se deve ao fato de tal balanço ser deveras relevante para o objetivo principal da presente dissertação – a saber, apresentar uma perspectiva neogramsciana da sociedade civil em tempos de globalização.

## 6.2. Novos transnacionalistas

Seguindo o legado do supracitado movimento transnacionalista – e de certa forma avançando com relação a este –, no que tange ao estudo da sociedade civil a partir da ótica das relações internacionais haveria aqueles que poderiam ser chamados de os “novos transnacionalistas” – Ronnie Lipschutz, Martin Shaw, M. J. Peterson, Paul Ghils e Richard Falk, por exemplo<sup>97</sup> – que, partindo de uma abordagem pluralista liberal<sup>98</sup>, recorrem ao conceito de sociedade civil a fim de retomar muitas das preocupações transnacionalistas clássicas com relação aos atores não-estatais e ao que seria um novo estágio de interdependência global decorrente dos processos de globalização. Para tais autores há uma separação analítica entre Estado, sociedade civil e mercado; além disso, a sociedade civil é vista como o reino da liberdade<sup>99</sup>. Neste sentido, a renovada atividade entre atores transnacionais na política mundial seria uma possível fonte de política progressiva, o que indica as raízes do internacionalismo liberal dessa perspectiva.

De acordo com tais autores, o Estadocentrismo ignora a emergência de um novo arranjo de interação política, arranjo este que não vê a anarquia e a auto-ajuda como seus princípios organizadores mas que tem seu foco nas construções auto-conscientes de redes de conhecimento e de ação por atores locais descentralizados que atravessam as fronteiras reificadas dos Estados. Tal arranjo seria a “sociedade civil global”, cuja densidade, visibilidade e impacto seriam cada vez maiores na política mundial (Lipschutz, 1992). Desta forma, o estudo da sociedade civil global é algo deveras relevante na medida em que seria possível

---

<sup>97</sup> Lipschutz, 1992 e no prelo; Shaw, 1992, 1994a, 1994b e 2003; Peterson, 1992; Ghils, 1992, Falk, 1995, 2001, 2004a, 2004b e Falk & Strauss, 2003.

<sup>98</sup> “A introdução das forças transnacionais – isto é, das entidades não-estatais de uma natureza social, ecológica, técnica e científica, ideológica e religiosa, por exemplo – no estudo das relações internacionais não apenas desloca ou atravessa as fronteiras, mas demanda uma nova abordagem intrinsecamente pluralista” (Ghils, 1992:417).

notar a existência de uma variada gama de redes políticas transnacionais estabelecida por atores que desafiam, a partir de baixo, o sistema de Estados; em segundo lugar, tal estudo também é relevante pelo fato do crescimento da sociedade civil global representar um projeto de reconstrução e re-imaginação da política mundial.

Destarte, nota-se que, de acordo com os novos transnacionalistas, as fronteiras espaciais da sociedade civil global são distintas das fronteiras do sistema de Estados. Assim, a autonomia da sociedade civil global frente às fronteiras do sistema de Estados permite a ela buscar a construção de novos espaços políticos delineados por redes de relações culturais, sociais e econômicas. Além disso, tais espaços são ocupados por associações conscientes de atores que, embora fisicamente separados, se ligam em redes buscando propósitos políticos e sociais específicos. Exemplos de tais redes seriam aquelas relacionadas às questões ambientais, aos direitos humanos, aos direitos dos povos indígenas, às questões de gênero e às questões de raça. A emergência da sociedade civil global refletiria, assim, uma nova atenção da sociedade como um todo para um marco de referência global comum e o interesse dos atores sociais em agendas e redes mundiais comuns que guiem, organizem e legitimem suas ações (Shaw, 2003).

Com o surgimento dos armamentos nucleares de destruição em massa, com o aumento exponencial dos problemas ambientais, com o crescimento das transações econômicas transnacionais e com a crescente preocupação normativa com relação aos direitos humanos e à pobreza, notar-se-ia o surgimento de um sério desafio para com a estrutura política que se estabeleceu com base no Estado soberano. Neste sentido, torna-se necessário – tanto por uma questão de legitimidade quanto de viabilidade – o desenvolvimento de novas estruturas de governança que sejam capazes de oferecer melhores prospectos de sustentabilidade e decência<sup>100</sup>. Assim, neste processo de construção de novos espaços públicos, a sociedade civil global estaria promovendo um aumento

---

<sup>99</sup> Cumpre aqui ressalva: no caso específico de Shaw, a sociedade civil global não é tanto um agente autônomo de mudança situado à parte das instituições políticas formais – assim como para Lipschutz (Lipschutz, 1992). Para maiores detalhes, ver Pasha & Blaney, 1998:429.

<sup>100</sup> Neste sentido, pode-se ver a sociedade civil global como um agente adepto da não violência e, assim, promotor da paz. De acordo com Falk, “*as forças sociais que compõem a espinha dorsal da sociedade civil global tendem a ser fortes, embora não necessariamente incondicionais, aderentes da não-violência. (...) Uma preocupação central dos cidadãos peregrinos é com a desmilitarização, incluindo um forte viés em favor de processos não violentos mesmo face à violência*” (Falk, 1995:219 e 239).

deveras significativo da “*democracia transnacional ou cosmopolita*” (Falk, 1995:223) e, desta forma, contribuindo de maneira importante para a promoção de uma nova forma de geogovernança<sup>101</sup>, a saber, uma “governança humana” que, contrariamente à “governança desumana”,

*“(...) enfatiza a realização de direitos compreensivos para todos os povos da Terra. Dá prioridade aos mais vulneráveis e abusados, provendo uma fonte alternativa de segurança do que aquela relacionada à geopolítica e busca resolver os conflitos e estabelecer a ordem com o mínimo recurso à violência e através do desmantelamento por etapas dos componentes mentais e materiais do sistema de guerra. (...) também pressupõe uma qualidade ambiental (...). Em suma, a governança humana é menos uma negação da geopolítica do que uma insistência em sua irrelevância essencial para o ordenamento próprio da vida política em todos os níveis da interação social”* (Falk, 1995:9).

De acordo com Lipschutz, a emergência da sociedade civil global não implica necessariamente o fim do Estado-Nação. Na verdade, “(...) é provável que o Estado-Nação permaneça, de uma forma ou de outra, por algum tempo” (Lipschutz, 1992:391)<sup>102</sup>. Contudo, embora a sociedade civil global interaja com os Estados, ela nega a primazia destes ou, em outras palavras, nega seus direitos de soberania. Assim, a sociedade civil não é global apenas em função de suas conexões que atravessam as fronteiras nacionais e operam em uma região global, não-territorial, mas também como resultado de uma crescente consciência global por parte dos membros dessa sociedade civil global. Neste sentido, Martin Shaw afirma que a globalização pode ser vista como

*“(...) o desenvolvimento de uma **consciência** (grifo do autor) comum da sociedade humana em uma escala mundial, com uma crescente atenção da totalidade das relações sociais humanas como o quadro de referência constitutivo mais amplo de todas as relações. A sociedade civil global representou tentativas de dar a essa consciência a forma de ação e organização propositivas com uma agenda normativa explícita”* (Shaw, 2003:35-36).

A partir do que foi colocado até este ponto, Lipschutz aponta para o fato de que a sociedade civil global emerge hodiernamente a partir de três questões interrelacionadas: em primeiro lugar, seria possível perceber no final do século XX um certo esfacelamento da soberania estatal tanto por cima – pelas

<sup>101</sup> Cumpre ressaltar que “(...) a geogovernança, como tal, é normativamente neutra” (Falk, 1995:11).

<sup>102</sup> No tocante à relação entre a sociedade civil global e os Estados, cumpre ressaltar que autores como Shaw e Peterson reconhecem a importância dos Estados e da relação deste com a sociedade civil global (no caso de Peterson, sociedade civil internacional). Mais recentemente, até mesmo Lipschutz tem reconhecido tal importância (Lipschutz, no prelo).

instituições supranacionais – quanto por baixo – pelas instituições subnacionais. Em segundo lugar, a sociedade civil global emerge como uma resposta à decrescente habilidade e disposição dos Estados em empreender uma série de funções sociais. Por fim, em terceiro lugar a sociedade civil global pode ser vista como uma forma de resistência à predominância do sistema de Estados (Ghils, 1992 e Lipschutz, 1992:399-418).

Em suma, a sociedade civil global seria um agente emergente de uma política mundial, uma mistura de atores – movimentos sociais, grupos de interesse, povos indígenas, grupos culturais e cidadãos globais, por exemplo – que estariam construindo redes, conhecimentos e práticas visando, desta forma, remodelar a arquitetura política das relações internacionais. Neste sentido – e seguindo as sendas dos movimentos pioneiros do Leste Europeu em sua luta contra Estados totalitários –, a sociedade civil global apresentaria uma realidade pós-realista na qual a “vida associacional transnacional” (Pasha & Blaney, 1998) desafia o conceito dominante de sistema de Estados. O Estado é, assim, cada vez mais subordinado a uma variada gama de processos de governança global nos quais uma prestação de contas democrática é garantida pelo ativismo de vários grupos e organizações sociais. Assim, a sociedade civil global é vista por estes teóricos como “(...) *um antídoto à estrutura anárquica, à desigualdade e às exclusões do sistema de Estados*” (Pasha & Blaney, 1998:418).

### **6.3. Republicanism Liberal**

Em segundo lugar estaria a abordagem liberal republicana da sociedade civil global – Mary Kaldor, Jean Cohen, Liszt Vieira e Michael Kenny, por exemplo. De acordo com tal abordagem, a novidade hodierna do conceito de sociedade civil – principalmente no que diz respeito ao período subsequente à queda do muro de Berlim (1989) – é a globalização (cf. Kaldor, 2003 e Cohen, 2003). Ou seja, ao contrário do que poderia se notar anteriormente, a sociedade civil não mais se restringe às fronteiras territoriais dos Estados nacionais. O ponto comum em todas as conceituações prévias acerca da sociedade civil seria a associação da sociedade civil com uma sociedade governada por uma lei baseada amplamente no consenso dos cidadãos em detrimento da coerção. Assim, as

diferentes teorias acerca da sociedade civil enfatizam diferentes formas através das quais tal consenso era gerado, promovido e atingido, os diferentes direitos e deveres que formavam a base da tal consenso e as diferentes interpretações deste processo. Não obstante, o fato de que a sociedade civil se encontrava territorialmente limitada significava, necessariamente, que ela era sempre contrastada às sociedades governadas pela coerção e às sociedades carentes de regras. Em suma, “(...) a sociedade civil dentro das fronteiras territoriais do Estado era circunscrita pela guerra” (Kaldor, 2003:1-2).

Contudo, a hodierna intensificação dos processos de globalização das relações sociais estaria enfraquecendo os Estados nacionais que, por sua vez, perdem a capacidade de formular, de uma maneira autônoma, políticas nacionais, sendo assim incapazes de garantir os princípios clássicos da ordem estatal vestfaliana, ou seja, sendo incapazes de exercer as funções cruciais e elementares de controle e regulação da economia e da sociedade (Vieira, 2001 e Cohen, 2003). Em outras palavras, o fim da Guerra Fria e a crescente interconexão global teriam minado a distinção territorial entre sociedades “civis” e “não-civis”, entre sociedades “democráticas” e “não-democráticas” e teria colocado em xeque o tradicional Estado promotor de guerras. Além disso, as transformações das relações sociais contemporâneas – como a globalização dos problemas ecológicos e ambientais (que incluem desde os acidentes nucleares até a chuva ácida), das questões de saúde pública (como a AIDS), das organizações criminosas internacionais ligadas ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas e ao sexo, da intensificação constante da questão dos imigrantes e refugiados políticos, do terrorismo em escala global e dos planos militares unilaterais (Cohen, 2003) – teriam também aberto novas possibilidades para a emancipação política<sup>103</sup> bem como gerado novos riscos e uma maior insegurança.

Na verdade, o que mudou foram as oportunidades para os diversos grupos sociais se relacionarem com grupos semelhantes localizados em outras partes do mundo, bem como as oportunidades para que tais grupos apresentem suas demandas não apenas para os Estados mas também para as instituições globais e para outros Estados (Keck & Sikkink, 1998; O’Brien, *et. al.*, 2000 e Khagram, *et.*

---

<sup>103</sup> Um exemplo de tal abertura seriam os acontecimentos ocorridos em Seattle, 1999, durante a terceira conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio: “(...) uma forma de contestação política global, uma expressão da sociedade civil global” (Kaldor, 2000:106).

al., 2002). Desta forma, é atribuído ao Estado importantes aspectos de soberania e, neste sentido, a sociedade política nacional continua a ser vista como um referente decisivo para os atores civis. Sem embargo, a despeito dessas questões, seria possível perceber uma desagregação, mesmo que parcial, da soberania estatal; há um deslocamento “para cima” – ou seja, para o âmbito das organizações internacionais – e um deslocamento “para baixo” – ou seja, para o âmbito dos atores privados e locais. “*Em síntese: existem camadas adicionais de instituições políticas e jurídicas independentes do Estado, que o complementam, mas não o substituem*” (Cohen, 2003:423)<sup>104</sup>.

Em suma: se por um lado a sociedade civil global se encontra em um processo mútuo de ser constituinte de e constituída por um sistema global de regras fortalecido por autoridades governamentais, intergovernamentais e globais que se sobrepõem, por outro lado novas formas de violência – forças estas que restringem e oprimem a sociedade civil – também transbordam as fronteiras estatais de tal maneira que não é mais possível, hoje, conter territorialmente a guerra<sup>105</sup> (Kaldor, 2003).

Em termos conceituais: de acordo com Anheier, Glasius e Kaldor, sociedade civil global seria

*“a esfera das idéias, valores, instituições, organizações, redes e indivíduos localizada entre a família, o Estado e o mercado e que opera além dos confins das economias, políticas e sociedades nacionais”* (Anheier, et. al., 2001:17).

Assim, tal sociedade civil global expressaria a emergência, nos anos 1990, de uma esfera supranacional de participação política e social na qual grupos, movimentos sociais e indivíduos se engajam em diálogos, debates e negociações uns com os outros, bem como com os atores governamentais – estejam eles na esfera local, nacional ou internacional – e com o mundos dos negócios. No tocante aos atores e grupos partícipes desta sociedade civil global, tal perspectiva destaca os movimentos sociais, as redes de ação cívica em suas mais diversas nuances, as associações de caridade, as associações voluntárias, as organizações não-

<sup>104</sup> Assim, faz-se oportuno destacar que, para tal abordagem teórica, “*a globalização não significa o fim dos Estados mas mais propriamente a sua transformação*” (Kaldor, 2003:110).

<sup>105</sup> Neste sentido, os eventos ocorridos em 11 de Setembro de 2001 teriam sido uma clara e dramática expressão do fato de que “*(...) as fronteiras territoriais não mais definem as zonas de civilidade*” (Kaldor, 2003:6).

governamentais e os grupos nacionalistas e fundamentalistas (Anheier, *et. al.*, 2001 e Kaldor, 2003).

Tal perspectiva enfatiza a importância de se fomentar formas de interação social que possam promover valores congruentes com uma sociedade global democraticamente orientada – como por exemplo confiança, reciprocidade, e civilidade. Isso implicaria a aceitação de uma gama de valores morais e políticos básicos compartilhados que sustentem um *ethos* de coexistência pacífica com aqueles cuja cultura, etnicidade e religião sejam radicalmente diferentes. A deliberação seria uma parte indispensável desse processo uma vez que valores e interesses compartilhados podem ser descobertos em uma comunidade política diversa, sendo também o meio pelo qual cidadãos aprendem os méritos de se engajar em formas públicas de raciocínio. Os processos de reprodução sócio-cultural se tornam formas políticas na esfera pública. As associações civis, por exemplo, absorvem iniciativas sociais difusas e as encaminham à esfera pública para o embate político; neste sentido, as associações e os movimentos sociais ampliam o escopo político na medida em que contribuem para que haja a incorporação de novos temas na agenda política – desempenhando, assim, um papel fundamental na construção da esfera pública (Vieira, 2001).

Neste ponto é importante notar que o republicanismo também dá importância àquelas que seriam as “contra-esferas” públicas – “(...) onde vozes alternativas ganham a força e a confiança de se integrar em uma conversação pública mais profunda” (Kenny, 2003:140). Ligada a essa questão da esfera pública e à importância da deliberação, Kaldor vê a sociedade civil como o meio através do qual um ou vários contratos sociais entre indivíduos e centros econômicos e políticos de poder são negociados e reproduzidos (Kaldor, 2003). O uso do termo “contrato social” indicaria, assim, um resultado institucional acordado e refletiria a crença moderna no papel da razão humana, sendo um processo diário de engajamento público por grupos e instituições auto-organizadas que dão poder a indivíduos, movimentos sociais, mídia, organizações religiosas, etc. A sociedade civil seria, assim, um conceito contingente cujo conteúdo variaria de acordo com os termos do contrato social. Neste sentido, no século XXI a sociedade civil teria se tornado global devido a uma nova configuração do contrato social.

#### 6.4. John Keane

Em terceiro lugar está John Keane. A apreciação de sua contribuição separadamente das demais se deve ao fato deste autor ser deveras *sui generis*; uma vez visto juntamente com outros autores sua obra seria vista muito superficialmente e, assim, passível de interpretações equivocadas. Desde já, cumpre oportuno destacar o fato de que tal especificidade se deve, em larga medida, ao caráter eclético de Keane que agrega em seu raciocínio variadas contribuições advindas das mais diversas matrizes teóricas. A própria colocação de Keane neste ponto do capítulo se deve ao fato da presente dissertação partir do princípio de que, a despeito desta diversidade, é possível identificar em Keane um certo desenvolvimento da abordagem republicana liberal.

De acordo com Keane, contemporaneamente estaria surgindo uma nova cosmovisão radicalmente distinta de qualquer visão precedente. Esta visão seria a sociedade civil global. Tal visão seria originária da confluência de sete correntes temáticas sobrepostas pelos intelectuais do final dos anos 1980: 1) o renascimento da velha linguagem da sociedade civil – principalmente a partir do leste europeu; 2) uma grande apreciação das conseqüências da revolução tecnológica para os meios de comunicação; 3) a crescente consciência – fomentada pelos movimentos ambientalistas e pela paz – de que todos os seres humanos são co-partícipes do mesmo mundo; 4) a consciência de que o fim do bloco soviético implica a necessidade de uma nova ordem política global; 5) a difusão global da economia capitalista de mercado e do neoliberalismo; 6) a desilusão com as promessas não cumpridas pelos Estados pós-coloniais; 7) a crescente preocupação com a miséria e os perigos produzidos pelo colapso de impérios e Estados e o início de guerras civis (Keane, 2003b).

Neste sentido, visto como um tipo ideal – ou seja, como algo útil do ponto de vista heurístico mas na realidade inexistente em sua forma pura – o termo sociedade civil global diz respeito

*“(...) a um sistema não-governamental dinâmico de instituições sócio-econômicas interconectadas que se espalha por toda a terra, e que tem efeitos complexos que são sentidos nos seus quatro cantos. A sociedade civil global não é nem um objeto estático nem um fait accompli. É um projeto inacabado que consiste de redes algumas vezes densas, algumas vezes mais frágeis, pirâmides e clusters de instituições sócio-econômicas e indivíduos que se organizam através das*

*fronteiras, com o objetivo deliberado de desenhar o mundo de novas maneiras. Essas instituições e atores não-governamentais tendem a pluralizar o poder e a problematizar a violência; conseqüentemente, seus efeitos pacíficos ou ‘civis’ são sentidos em todas as partes (...), no âmbito planetário em si” (Keane, 2003b:8).*

No tocante aos partícipes da sociedade civil global, pode-se afirmar que seu caráter não-governamental diz respeito a indivíduos, organizações com fins lucrativos e sem fins lucrativos, movimentos sociais, comunidades lingüísticas e culturais. Inclui, neste sentido, clubes e instituições de caridade, *think-tanks*, intelectuais proeminentes, grupos de *lobby*, grandes e pequenas corporações, mídia independente, grupos da *internet* e *websites*, federações de empregadores, sindicatos, comissões internacionais, cúpulas paralelas e organizações esportivas. Consideradas em conjunto, tais instituições e atores constituem um vasto e interconectado espaço não-governamental que compreende centenas de milhares de formas de vida mais ou menos auto-direcionadas, formas de vida estas que possuem pelo menos um aspecto em comum: através de vastas distâncias geográficas e a despeito das barreiras temporais, elas se organizam deliberadamente e conduzem suas atividades sociais e políticas através das fronteiras das estruturas governamentais (Keane, 2003b).

Contudo, para Keane a sociedade civil global é mais do que meramente um fenômeno não-governamental; na verdade, trata-se também de uma forma de sociedade – ou seja, diz respeito a um conjunto dinâmico de processos sociais relativamente interligados. Desta forma, a sociedade civil global se refere a uma vasta constelação não-governamental de várias estruturas, associações e redes institucionalizadas dentro das quais os atores (individualmente ou em grupo) se encontram interrelacionados e funcionalmente interdependentes. Na medida em que se trata de uma “sociedade de sociedades”, ela é mais ampla do que qualquer ator individual ou organização ou até mesmo do que a soma combinada de todas as suas partes constituintes, partes estas que, paradoxalmente, muitas das vezes nem se conhecem. Em suma, a sociedade civil global é um conjunto complexo de formas diferenciadas e sobrepostas de ação social estruturada.

Um dos aspectos da sociedade civil global destacados por Keane é a sua civilidade, ou seja, o respeito pelos outros expresso como polidez com relação à aceitação de estrangeiros. Neste sentido, embora não seja um paraíso na terra a sociedade civil global se caracterizaria por ser um “(...) *espaço multi-dimensional da não-violência*” devido ao fato de muitos de seus participantes

“*compartilharem uma perspectiva pacificamente cosmopolita do mundo*” (Keane, 2003b:12,145)<sup>106</sup>. Os atores da sociedade civil global admiram, cada um a sua maneira, a paz; conseqüentemente eles observam, em certa medida, princípios da não-violência. A educação seria, assim, potencialmente uma das grandes defensoras e catalisadoras da sociedade civil global e de seu *ethos*. Dentre as normas apropriadas para a sociedade civil global destacariam-se as seguintes: flexibilidade, abertura, disposição para respeitar os outros, auto-organização, curiosidade, experimentação, não-violência, redes pacíficas através das fronteiras e um forte sentimento de responsabilidade pela biosfera.

Dentro das forças e processos que operam a partir da sociedade civil não há uma linha clara de separação entre o nacional e o global: ambas as dimensões se cruzam e se redefinem constantemente. Assim, quando se trata de entender as dinâmicas da sociedade civil global não há uma fronteira identificável entre o interior e o exterior, mas sim padrões de interdependência e co-dependência entre partes distintas – sejam elas locais, nacionais ou globais.

Em suma, a sociedade civil global é relevante na medida em que capacita indivíduos, grupos e organizações a organizar e empregar suas forças através das fronteiras; e provê estruturas e regras não-governamentais que capacitam os indivíduos e grupos a se engajar nas mais distintas situações transfronteiriças. Além disso, ela oferece oportunidades para se denunciar e reduzir a violência e as guerras e para se resgatar a cultura do cosmopolitismo de sua conotação negativa<sup>107</sup>. Assim, a sociedade civil global capacitaria, ao menos de maneira potencial, milhões de pessoas a socializarem novas definições da ordem global – e porquê não “(...) *para imaginar* (grifo do autor) *sua reconstrução positiva*” (Keane, 2003b:140).

<sup>106</sup> É importante destacar que, a despeito de enfatizar o aspecto civilizado da sociedade civil global, Keane reconhece a existência de “(...) *bolsões de incivilidade*” (Keane, 2003b:12), embora não desenvolva esta questão e suas conseqüências para seu raciocínio.

<sup>107</sup> Um dos aspectos mais promissores da sociedade civil global seria, assim, suas tradições ligadas às políticas civilizadoras, isto é, “*a capacidade de seus atores de criar redes de campanhas publicamente organizadas contra os arquipélagos de ‘incivilidade’ existentes dentro e além de suas fronteiras*” (Keane, 2003b:153). Contudo, aqui surge um problema: como a sociedade civil global pode ser uma promotora da paz a partir do momento em que uma de suas grandes forças motrizes – o turbocapitalismo – se reproduz e se desenvolve gerando uma série de desigualdades e conseqüências deletérias tanto para a biosfera quanto para a própria humanidade? E a produção de armas? Os grupos e corporações empresariais responsáveis pela produção e venda de armas fazem

## 6.5. “Marxismo político”

Por fim, em quarto lugar estaria a vertente que se inspira no “marxismo político”, com destaque para a posição *sui generis* de Alejandro Colás<sup>108</sup>. De acordo com este autor, sociedade civil internacional diz respeito ao domínio das relações internacionais gerado pela reprodução global do capitalismo onde os movimentos sociais modernos perseguem seus objetivos políticos. Neste sentido, há uma ênfase na especificidade histórica da subjetividade política moderna e, além disso, trata-se a sociedade civil internacional como uma arena caracterizada pelos antagonismos políticos e sociais inerentes às relações sociais capitalistas. Destarte, a sociedade civil não é uma esfera de ação política e social benigna, mas sim um espaço de lutas onde se dá o embate entre interesses conflitivos.

Isso não indica que Colás rejeite a existência de uma sociedade internacional de Estados. Na verdade, seguindo o raciocínio de Rosenberg, Colás afirma a necessidade de se olhar a interação histórica entre Estados e sociedades civis na construção do sistema internacional:

*“Em suma, a partir dessa perspectiva a sociedade civil internacional representa o domínio da atividade política internacional que, embora distinto do sistema de Estados, está em interação constante com o último”* (Colás, 2002:23).

Partindo então de uma crítica às concepções contemporâneas de sociedade civil, Colás busca reconstruir a riqueza de tal conceito mediante três fenômenos gerais que ajudam a defini-lo: 1) a imaginação da sociedade; 2) a emergência das relações sociais capitalistas; 3) o nascimento da agência coletiva moderna. É a partir dessa reconstrução que ele vê a sociedade civil como algo que tem sido, desde seus primórdios, moldado por uma série de fatores internacionais que fariam do termo sociedade civil internacional uma categoria de análise mais acurada, desafiando, assim, a suposição prevalecente de que a sociedade civil pode ser restrita ao âmbito nacional.

---

parte de tal “sociedade civil global civilizadora”. Embora Keane reconheça este ponto (cf. Keane, 2003b:159), ele não o explica, o que em certa medida traz problemas para seu argumento.

<sup>108</sup> A posição de Colás é *sui generis*, dentre outros aspectos, devido ao fato dele fazer menção ao conceito gramsciano de sociedade civil inicialmente mas abandoná-lo posteriormente em favor de uma leitura mas próxima do “marxismo político” (Wood, 2001). Desde já faz-se oportuno destacar que, partindo de uma inspiração marxista, existem várias posições distintas acerca da sociedade civil – tanto no que diz respeito ao âmbito doméstico quanto ao âmbito mundial. Exemplos de

Assim, de maneira geral, seriam três as dimensões internacionais da sociedade civil. Em primeiro lugar, a sociedade civil deve ser vista como constituinte do moderno sistema de Estados. Se entendida como uma esfera autônoma da atividade econômica ou como a incorporação de um tipo distinto de comunidade política, a sociedade civil emergiu em conjunção com o Estado soberano moderno – que é o componente chave do sistema internacional. Segundo, definida como a expressão das relações de mercado capitalistas, a sociedade civil deveria ser vista como um fenômeno internacional em virtude de sua expansão global. Por fim, quando a sociedade civil é vista como um espaço político e ético ocupado por movimentos sociais modernos, as dimensões internacionais de sua operação se tornam ainda mais evidentes na medida em que tais movimentos têm sempre sido sujeitos a uma gama de forças transnacionais, tanto ideológicas quanto institucionais. Uma vez combinados, esses três elementos produziram a seguinte definição de sociedade civil internacional:

*“sociedade civil internacional é o espaço político e sócio-econômico criado internacionalmente e dentro dos Estados pela expansão das relações capitalistas de produção, onde os movimentos sociais modernos perseguem objetivos políticos específicos”* (Colás, 2002:50).

No tocante aos movimentos sociais modernos<sup>109</sup>, pode-se dizer que estes, mediante a difusão de ideologias universais, a provisão de exemplos de como a ação coletiva pode ser politicamente significativa pelo globo e, acima de tudo, mediante a organização internacional, têm por décadas estendido as fronteiras da ação política para além do Estado territorial. Nas palavras de Colás, *“é neste sentido que a sociedade civil internacional se torna o local relevante da política mundial”* (Colás, 2002:58).

A oposição entre “global” e “transnacional” por um lado e “internacional” por outro seria algo desnecessariamente inventado, sendo mais frutífero uma definição mais ampla de “internacional” que seja capaz de incorporar as relações entre e através dos Estados, o que proporcionaria a possibilidade de analisar a

---

autores seriam Wood, 2001 e Rosenberg, 1994 para o que seria o “marxismo político”; Coutinho, 1981 e Cox, 1999 para as abordagens gramsciana e neogramsciana, respectivamente.

<sup>109</sup> Ao contrário das mobilizações sócio-políticas anteriores, os movimentos sociais modernos se caracterizam, via de regra, por uma membresia relativamente aberta que persegue objetivos universais através de atividades seculares de seus membros mediadas principalmente pela mídia impressa. Para maiores detalhes acerca dessas quatro características dos movimentos sociais modernos, ver Colás, 2002:71-75.

constante relação entre atores estatais e não-estatais no âmbito das relações internacionais. Neste sentido, a noção de sociedade civil internacional/global não deveria ser associada exclusivamente (ou principalmente) à noção de globalização (e às noções acompanhantes de governança global e democracia cosmopolita) por três razões: primeiro, a existência da sociedade civil internacional antecede o advento da globalização; segundo, os agentes da sociedade civil internacional se encontram ligados à reprodução do sistema interestatal e, assim, devem formular suas demandas tendo como referência o Estado soberano, a despeito dessas demandas serem executadas domesticamente através do Estado nacional ou internacionalmente via instituições de governança global<sup>110</sup>; terceiro, muitos agentes da sociedade civil internacional são profundamente não-democráticos – não há nada intrinsecamente progressivo ou democrático acerca da sociedade civil internacional, que na verdade é uma arena de luta, de relação entre classes antagônicas<sup>111</sup>. Além disso, a política democrática não pode rejeitar tão prontamente sua conexão histórica com as instituições da soberania estatal<sup>112</sup>.

A partir da questão da importância da esfera estatal Colás se reporta àquelas que seriam as duas estruturas subjacentes responsáveis pela reprodução do sistema internacional moderno – o modo capitalista de produção e o Estado soberano. Qualquer agência transformadora por parte dos movimentos sociais deve levar em consideração os constrangimentos impostos por essas estruturas. No tocante ao Estado, este seria um componente importante da atividade dos movimentos sociais internacionais em dois sentidos: em primeiro lugar, muitos

<sup>110</sup> “Os movimentos que buscam democratizar a governança global deverão, neste sentido, desafiar os interesses, políticas e estruturas de tomada de decisão que, através da autoridade confiada (às instituições multilaterais e às organizações internacionais) pelos Estados, administram (...) o domínio político”. Ou seja, “no contexto de governança global (...), é o Estado soberano moderno e suas instituições representativas – sejam elas locais, regionais ou globais – que deveriam ser o local estratégico de uma mobilização anti-capitalista” (Colás, 2003:115, 118).

<sup>111</sup> Nota-se assim que, embora Colás faça uso do termo ‘sociedade civil global’ em seu último artigo, ele o faz em total acordo com seu conceito prévio de sociedade civil internacional. Ou seja, ambos os termos são usados como equivalentes. Assim, em contraste com os autores anteriores, Colás busca “(...) desenvolver um entendimento da sociedade civil global como uma realidade histórica, mais propriamente do que como um projeto político; e como uma categoria crítica destituída de quaisquer atributos inerentemente liberal-democráticos mas mais acuradamente retratada como um local especificamente moderno de luta sócio-política que contém diversos e frequentemente incompatíveis projetos ideológicos. Isto não impede de vincular um sentido ético ou normativo à sociedade civil global, mas implica enfatizar a necessidade de se firmar quaisquer atributos historicamente e sociologicamente através da identificação das estruturas e processos concretos que são os sustentadores das normas e valores éticos associados à sociedade civil” (Colás, no prelo:1).

<sup>112</sup> Neste ponto, cf. Colás, 2002:137-140.

movimentos têm sido apoiados, senão criados, por Estados; em segundo lugar, as estruturas do sistema internacional ainda obrigam os movimentos a perseguirem seus objetivos políticos através do Estado soberano. Assim, os movimentos sociais internacionais que habitam a sociedade civil internacional reforçam a legitimidade do Estado soberano uma vez que reconhecem as particularidades locais na expressão dos problemas globais; da mesma forma, eles enfraquecem o Estado na medida em que buscam lidar com esses problemas mediante uma organização que atravessa as fronteiras estatais. Neste sentido, “*movimentos sociais internacionais causam mudanças nas relações internacionais quando desafiam as bases estruturais da soberania estatal*” (Colás, 2002:84)<sup>113</sup>.

Em suma, os movimentos sociais internacionais deveriam ser vistos como mediadores da mudança internacional, se encontrando em uma relação dialética com o sistema internacional de Estados: eles moldam e são moldados pela soberania estatal, mas contribuem para as mudanças históricas nas relações internacionais quando subvertem as bases constitutivas da soberania. Neste sentido, Colás busca analisar os movimentos sociais como agentes transformadores que se engajam com as estruturas internacionais do capitalismo e da soberania, mediando a mudança internacional. Os movimentos sociais internacionais que desafiam as estruturas do sistema internacional minam as relações internas do sistema produzindo, assim, mudanças conjunturais significativas na distribuição internacional de poder. Assim, a análise dos movimentos sociais internacionais importa para o estudo das relações internacionais principalmente porque pode ajudar a explicar a mudança internacional, mesmo que esta seja uma mudança conjuntural.

## 6.6.

### **Conclusão: prós e contras da “sociedade civil global”**

Com base no que já foi visto, percebe-se que a discussão acerca da sociedade civil no âmbito da disciplina de relações internacionais reflete, em larga medida, a diversidade de interpretações existentes na teoria política. Fica claro,

---

<sup>113</sup> De acordo com Baker, o não reconhecimento dessa relação existente entre a “sociedade civil global” e o Estado seria uma das falhas das abordagens dos novos transnacionalistas. Para maiores detalhes, ver Baker, 2002:937-941.

por exemplo, o caráter voluntarista/espontaneísta – e, porquê não, “angelical” (Houtart, 2001b) – dos novos transnacionalistas na seguinte passagem de Falk:

*“(...) a perseguição, a obtenção e o contínuo refinamento da governança humana é o principal projeto da sociedade civil global emergente, engajando tanto poderes da razão quanto da análise, mas também convocando as energias da imaginação associadas à esperança, ao desejo e à fantasia” (Falk, 1995:46).*

Além disso, a conceituação da sociedade civil global como uma resposta à decrescente habilidade e disposição dos Estados em lidar com as questões sociais por um lado e como uma forma de resistência ao predomínio do sistema de Estados por outro aponta para a influência das matrizes teóricas neoliberal e habermasiana no pensamento dos novos transnacionalistas.

Sem embargo, conforme já colocado previamente, a classificação dos autores é algo limitado, dada a diversidade e as diferenças existentes entre os autores vinculados a uma mesma abordagem<sup>114</sup> e até mesmo no pensamento de um único autor<sup>115</sup>. Não obstante, tal classificação se faz deveras necessária para que se possa estabelecer um primeiro contato com tão vasta literatura e identificar quais seriam as principais inspirações teóricas e os principais conceitos dos autores abordados (daí a importância do capítulo 4). Dito isto, assim como previamente exposto no capítulo 4, cumpre destacar a importância de se estudar tais abordagens: somente através de uma leitura crítica e atenta das diversas contribuições acerca da temática da sociedade civil é que se faz possível não apenas mapear o debate contemporâneo mas também se inserir de maneira satisfatória neste. Ou seja, o presente capítulo não tem como objetivo apenas a crítica de tais matrizes teóricas; na verdade, há a necessidade de dialogar com as perspectivas/matrizes diversas e ver não somente suas fraquezas e lacunas mas também as contribuições que cada uma pode dar ao entendimento da realidade.

Em primeiro lugar, no tocante aos novos transnacionalistas, nota-se que tal abordagem tem o mérito de ter sido a “pioneira” no estudo da sociedade civil

<sup>114</sup> Jean Cohen, por exemplo, discorda em certa medida do conceito de sociedade civil global de Kaldor acima exposto. Com sua ênfase na importância das redes transnacionais para a sociedade civil do século XXI, Cohen afirma que a mobilização social contemporânea “(...) faz brotar uma grande variedade de redes globalizadas que se dirigem a diferentes ‘subsistemas’, e não a uma única sociedade civil global” (Cohen, 2003:437).

<sup>115</sup> Por exemplo, as mudanças ocorridas no pensamento de Lipschutz de 1992 para hoje (Lipschutz, 1992 e no prelo); tal autor, inicialmente um novo transnacionalista, se encontra hoje adepto de uma perspectiva muito mais crítica – muitas vezes se inspirando em David Harvey, Foucault, Ellen

articulada à política mundial. Além disso, tais autores reconhecem a globalização como algo novo, como uma ruptura histórica e, ao contrário do que alguns críticos afirmam, eles não pregam o fim do Estado-Nação – embora deixem a este um papel apenas residual. O uso do termo sociedade civil global (e isso se aplica tanto aos novos transnacionalistas quanto aos republicanos liberais – inclusive a Keane) aponta para uma superação do local, do regional e do internacional, mesmo que os autores busquem rejeitar o desaparecimento do Estado e afirmem a importância da política local. Outro ponto positivo de destaque é o fato deles apontarem para a importância de se estudar as questões que não se limitam ao âmbito do Estado mas que transpassam tais limites, questões estas de extrema relevância para a própria dinâmica da política mundial. Neste sentido, reconhecem não apenas a novidade da globalização – como uma ruptura histórica – mas também que esta influencia de maneira deveras significativa a mobilização social. Desta forma, tais autores conseguem, de certa maneira, captar o processo de globalização da resistência.

Contudo, tal leitura carece de um entendimento sócio-histórico da sociedade civil. Assim como o “movimento transnacionalista” prévio, tal abordagem vê a sociedade civil como um espaço no qual atuam forças transnacionais tais como organizações não governamentais internacionais e grupos de pressão que flutuam de maneira autônoma dentro dessa esfera. Na verdade, via de regra os atores da sociedade civil global são identificados prontamente com as organizações não-governamentais e outros grupos de pressão favoráveis a certas transformações – mesmo que singelas – no (e não necessariamente **do**) sistema, apontando claramente para o caráter reformista desta perspectiva de sociedade civil global (cf. por exemplo Falk e sua preocupação com a paz, com o estabelecimento de um “parlamento global” e com a criação de marcos regulatórios para a atuação das forças de mercado – Falk, 1995 e Falk & Strauss, 2003)<sup>116</sup>.

---

Wood e Karl Polanyi. Não obstante, por manter algumas das premissas colocadas em 1992, Lipschutz ainda padece de muitas das limitações características dos novos transnacionalistas.

<sup>116</sup> Recentemente, Lipschutz começa a reconhecer que nem todas as forças sociais presentes na sociedade civil global são progressistas (Lipschutz, no prelo:21). Além disso, tem feito críticas pertinentes tanto à estrutura neoliberal hodierna da globalização quanto às suas conseqüências – defendendo até mesmo uma política de transformação radical. Não obstante, a manutenção do conceito de sociedade civil global elaborado em 1992 – “*Um crescente número de organizações não-governamentais, movimentos sociais, grupos de lobby e até mesmo associações comerciais e corporações – o que eu tenho chamado de ‘sociedade civil global’*” (Lipschutz, no prelo:1) – o

Não há, por parte dos teóricos vinculados a essa abordagem, um esforço a fim de situar os agentes da sociedade civil dentro de um contexto histórico e sociológico capaz de identificar tanto as origens quanto os interesses de tais organizações. O termo “sociedade civil” é, assim, desvalorizado uma vez que se refere, de maneira vaga, a qualquer fenômeno transnacional além do domínio estrito da política interestatal. Em outras palavras, o termo “sociedade civil global/internacional” usado por tais autores simplesmente substitui o termo atividade transnacional utilizado pelos transnacionalistas da década de 1970. Além disso, de acordo com essa visão – o que é típico das abordagens pluralistas – os conflitos podem ocorrer na sociedade civil global; contudo, eles não são nem estruturais nem levam à transformação no longo prazo, o que indica mais uma vez uma certa ahistoricidade nesta abordagem. Há, assim, uma falha – presente também nos republicanos liberais e em John Keane – no entendimento da relação entre Estado, mercado e sociedade civil: ou seja, uma falha em ver a relação de constituição e influência mútuas entre tais esferas sociais – e neste sentido de ver a realidade social em sua totalidade –, o que deturpa as afirmações acerca das possibilidades emancipatórias do associativismo transmundo. Ou seja, tais autores vêem a sociedade civil global como um agente global livre de qualquer imbricação com o sistema estatal e com os constrangimentos do modo capitalista de produção. O problema é que tal associativismo reflete em grande medida as formas de dominação e resistência endêmicas às práticas sociais e às formas de governança existentes (Pasha & Blaney, 1998; Amoore & Langley, 2004).

Os novos transnacionalistas, devido à sua influência neotocquevilleana/neoliberal, tendem a ver as desigualdades de recursos e

---

impede de avançar em sua crítica. Ou seja, a dita sociedade civil global não diz respeito a um local de lutas, mas sim aos atores sociais; assim, embora Lipschutz em seu mais novo livro pareça incorporar à sua matriz neotocquevilleana/neoliberal alguns dos *insights* do “marxismo político” – via Ellen M. Wood –, ele não apresenta ferramentas analíticas capazes de auxiliar no entendimento das lutas e dos embates existentes entre tais atores. Além disso, tais ferramentas não lhe permitem articular correta e coerentemente tal transformação social uma vez que, mediante tal conceituação, Lipschutz não é capaz de ver a realidade social como uma totalidade única dialeticamente articulada. Pelo contrário, ele vê a mesma como composta por três esferas distintas e, de certa forma, autônomas – sociedade civil global, Estados e mercado – contradizendo, desta forma, o que o próprio autor afirma (Lipschutz, no prelo:16). Neste sentido, a sociedade civil não é vista como o *locus* da luta pela transformação mas como um dos “lutadores”, o que gera uma falta de compreensão clara acerca da importância e de como se dá a luta ideológica e cultural – ou seja, de como se dá a guerra de posição em busca da hegemonia. Neste ponto é interessante notar que Lipschutz chega até mesmo a citar a questão da batalha cultural em Gramsci; contudo, curiosamente não há por parte do autor um desenvolvimento maior desta questão, seja favorável ou desfavoravelmente (Lipschutz, no prelo:132).

influência entre os atores da sociedade civil global como algo dado; não é dada atenção alguma à questão das hierarquias existentes entre os atores da sociedade civil global. Assim, a atividade associacional no âmbito global tende a adquirir uma vida própria e, neste sentido, a idéia de uma sociedade política transnacional decorrente da confiança, boa vontade e das interações pacíficas entre os grupos sociais representa na verdade uma mistificação da realidade social desigual. Outro ponto passível de crítica é a questão da “consciência global” como um dos aspectos característicos da sociedade civil global e definidor da globalização (Shaw, 2003). Embora o crescente aumento da “consciência global” seja uma realidade e um dos aspectos característicos da globalização, ele não é nem o único nem o definidor: na verdade, há sim um pobreza comunicacional, uma vez que cerca de três quartos da população mundial são muitos pobres para comprar um livro, grande parte das pessoas nunca fez uma chamada telefônica e apenas um por cento da população mundial tem acesso à *internet*. Somado a isso, provavelmente apenas 5 por cento da população mundial tenha uma consciência acurada acerca da interdependência no mundo, de seus ecossistemas, instituições e pessoas. E talvez apenas 25 por cento tenha uma consciência moderada a respeito de tal interdependência (Keane, 2003a e Keane, 2003b).

Em segundo lugar, nota-se que o republicanismo liberal, assim como a matriz habermasiana vista anteriormente, é grandemente influenciado pelos “novos movimentos sociais”. Na medida em que “*o conceito postula a existência de uma esfera social, a sociedade civil global, acima e além das sociedades nacionais, regionais e locais*” (Anheier, *et. al.*, 2001:3), tais autores – assim como os novos transnacionalistas – tem o mérito de reconhecer a globalização como algo novo, como uma ruptura histórica. Além disso, agora de certa forma em oposição aos novos transnacionalistas, o republicanismo liberal tem o mérito de reconhecer a importância do Estado hoje; ou seja, não vê a “globalização da sociedade civil” como uma contrapartida ao enfraquecimento do Estado<sup>117</sup>.

Contudo, embora continue vendo o Estado como exercendo um papel importante na dinâmica global, falha ao considerar a sociedade civil como estando além das relações de poder que caracterizam o Estado ou o mercado, ou seja, vendo a sociedade civil como uma esfera que vai para além da dicotomia Estado e

<sup>117</sup> Como afirma Cohen, “*não subscrevo a tese ‘forte’ da globalização que relegou o Estado nacional à lata de lixo da história*” (Cohen, 2003:423).

mercado tal abordagem perde de vista o papel constrangedor que o sistema capitalista de produção exerce sobre os diferentes movimentos sociais. Vinculado a esta questão se encontra o fato de que, embora essa abordagem lide com a questão da desigualdade, da diferença e do conflito, ela o faz de uma maneira superficial na medida em que não reconhece o caráter eminentemente conflitivo do capitalismo. Neste sentido, quando fala acerca da obrigação moral dos Estados e cidadãos<sup>118</sup> e das questões concernentes à diferença, tal abordagem se assemelha em muito ao pluralismo liberal na medida em que parece, de certa forma, administrar o conflito já que não se reporta à gênese do mesmo, a saber, às relações capitalistas de produção.

Além disso, tal matriz teórica também vê a sociedade civil global não como uma esfera de embate entre atores diversos mas sim como um agente político, compactuando assim, de certa maneira, com algumas das colocações dos novos transnacionalistas. Nas palavras de Kaldor, “(...) *uma nova forma de política, que nós chamamos de sociedade civil, é tanto um resultado quanto um agente da interconexão global*” (Kaldor, 2003:2). Outra questão é o fato de que, embora reconheçam a globalização como uma ruptura histórica e a sociedade civil global como uma nova esfera social, a não compreensão da sociedade civil como uma esfera social eminentemente contraditória leva tais autores a não compreender os novos âmbitos da luta social pela emancipação.

A ênfase na problemática da paz e da guerra<sup>119</sup> – tema de extrema relevância nos estudos internacionais –, com o destaque desmedido para o papel desempenhado pelos movimentos sociais existentes anteriormente a 1989 no fim da Guerra Fria, faz com que tal perspectiva – juntamente com Keane e, em certa medida, os novos transnacionalistas também – caia em um certo “fetichismo da anarquia” (Rosenberg, 1994; Cox, 1986; Rupert, 1994 e 1995), o que aponta para o fato de que tais autores não têm uma clara consciência da relação existente entre a política e a economia no capitalismo (Rosenberg, 1994 e Wood, 2001) e, assim, não são capazes de articular satisfatoriamente formas alternativas de ação política que busquem verdadeiramente a efetivação, na *práxis*, da emancipação social.

<sup>118</sup> De acordo com Kenny, “(...) *as obrigações morais dos Estados e dos cidadãos dos países ricos, representa uma parte importante da contribuição do republicanismo liberal à teorização política internacional*” (Kenny, 2003 p. 137).

<sup>119</sup> Kaldor chega até mesmo a discorrer a respeito das formas através das quais a sociedade civil global poderia oferecer uma resposta à guerra. Para maiores detalhes, ver Kaldor, 2003:156-160.

Além disso, tal abordagem, assim como os novos transnacionalistas, vê a sociedade civil como uma fonte de normas e princípios morais de origem liberal democrática que constroem os demais atores – principalmente os atores estatais e os atores vinculados ao âmbito do mercado. Isso expressa não uma preocupação com a real emancipação social mas sim a ênfase no caráter “civilizador” da sociedade civil global – com civilização aqui devendo ser entendida como civilização ocidental liberal.

Embora em algumas passagens pareça um pouco confuso, John Keane – em terceiro lugar – avança em relação aos novos transnacionalistas – e neste ponto os republicanos liberais também o seguem – na medida em que critica qualquer tipo de antropomorfização da sociedade civil global<sup>120</sup> que veja esta como um ator unitário e perca, neste sentido, a multiplicidade de atores e interesses que se encontram dispersos neste âmbito. Ou seja, para Keane a sociedade civil global é vista como “*um espaço social*” (Keane, 2003a:70).

Outro ponto positivo deste autor é o fato dele, ao contrário das perspectivas anteriores, ver a importância das forças de mercado – o que chama de “turbocapitalismo” – no desenvolvimento da sociedade civil global (Keane, 2003a:79-82 e 2003b:65-74). Contudo, o fato de que “*a sociedade civil global (...) não possa sobreviver (...) sem as forças de mercado liberais pelo turbocapitalismo*” (Keane:2003b:78) e de que as forças de mercado não possam sobreviver sem as instituições da sociedade civil não implica, absolutamente o fato de que tais forças de mercado façam parte da sociedade civil. Na verdade, tal afirmação, ao contrário do que pensa e afirma Keane, enfraquece seu argumento e reduz o potencial heurístico de seu conceito, pois a partir de seu conceito fica difícil saber o que não é a sociedade civil global uma vez que seu conceito passa a abarcar basicamente tudo o que não é Estado.

Ao reconhecer a globalização como uma ruptura histórica, o que é um mérito, Keane exagera ao afirmar a impossibilidade de se separar o local do global na sociedade civil global. Embora local e global se relacionem de uma maneira dialética, sendo sua articulação algo fundamental nos processos de resistência à globalização neoliberal, o argumento de Keane o impede de lidar com as

---

<sup>120</sup> Cf. Keane, 2003a:104-107 e Keane, 2003b:172-174.

particularidades de cada complexo sociedade civil/Estado, enfraquecendo seu conceito.

Embora defenda normativamente o fim da violência e da agressão ao outro – e com este propósito busque apresentar as possíveis contribuições da sociedade civil global para tal empreitada –, em certa medida, devido à sua ênfase no caráter plural e não-violento da sociedade civil global, Keane deixa de problematizar o modo capitalista de produção, beatificando conflitos que são frutos das relações sociais de produção e, desta forma, contribuindo para a manutenção do *status quo*. Em última instância, fica difícil pensar a transformação social sem uma crítica consistente de um modo de produção que tem conseqüências tão sérias para a vida social como um todo, algo que Keane não faz.

Em quarto e último lugar é possível notar em Colás uma visão deveras peculiar do fenômeno da sociedade civil que apresenta algumas vantagens sobre grande parte das visões que perpassam os estudos internacionais. O contraste mais significativo entre Colás e as visões contemporâneas de uma sociedade civil internacional/global diz respeito às origens históricas da sociedade civil internacional. Para a maior parte das discussões, a sociedade civil se desenvolve dentro do contexto nacional, sendo que o espaço para a ação política tem se tornado global recentemente<sup>121</sup>; já Colás vê as dimensões internacionais presentes na própria gênese da sociedade civil<sup>122</sup>. Além disso, uma vantagem de Colás é o fato deste enfatizar a interação necessária entre o Estado e as forças da sociedade civil, apontando para o papel das forças sociais na transformação dos Estados e, em última instância, no processo de feitura da história. Outros dois pontos merecem destaque neste ponto:

Primeiro, partindo do referencial teórico marxista, Colás associa a sociedade civil internacional à reprodução do capitalismo global, vendo aquela como um espaço de relações de poder contestadas, como uma arena marcada pelos antagonismos sociais e políticos que são inerentes às relações capitalistas de produção. Desta forma, Colás contribui para o entendimento da sociedade civil internacional como o domínio da atividade social e política perpassada pelas

<sup>121</sup> Ver Lipschutz, 1992 e Kaldor, 2003 como exemplos dessa perspectiva de “globalização da sociedade civil”.

<sup>122</sup> É importante destacar que tanto Keane quanto Scholte também reconhecem o fato de que, em termos históricos, a sociedade civil nunca foi um fenômeno exclusivamente nacional. Para maiores detalhes, ver Keane, 2003b:27 e Scholte, 1999:13.

amplas dinâmicas das relações sociais de produção, o que de certa forma historiciza esse fenômeno e, além disso, expõe os limites das visões “angelicais” de sociedade civil mostrando, assim, que a sociedade civil internacional não é algo bom ou ruim *per se*, mas um âmbito de luta entre forças antagônicas.

Segundo, a partir do momento em que enfatiza a interação existente entre os Estados e as sociedades civis na construção do sistema internacional, Colás dá algumas pistas para uma certa “desreificação” tanto do Estado quanto da sociedade civil, assim como para um melhor entendimento do papel das forças sociais na feitura da história. Em suma, é trazido à tona a desconsideração, por parte da disciplina de relações internacionais, do papel da agência política e social na construção e transformação do sistema internacional. Além disso, ao enfatizar tal interação, mostra a falácia das leituras de cunho neoliberal que vêem a sociedade civil como reino da eficiência em contraposição ao Estado ineficiente por definição.

Todavia, a despeito de tais méritos, a abordagem de Colás padece de dois problemas cruciais que merecem destaque. O primeiro diz respeito à questão da globalização. De acordo com Colás,

*“(...) a oposição entre o ‘transnacional’ ou ‘global’ de um lado e o ‘internacional’ de outro é na maioria das circunstâncias desnecessariamente inventada”; e “Eu considero globalização como sendo uma expressão temporal e não uma alternativa qualitativa ao capitalismo (...). Em outras palavras, globalização é reconhecida neste estudo como marcando uma fase distinta no desenvolvimento histórico do capitalismo, e não como representado de alguma forma um afastamento do sistema dominante de relações sociais capitalistas” (Colás, 2002:78, 149).*

Comparando o parágrafo acima com o que foi visto anteriormente, nota-se que Colás confunde a globalização com internacionalização e liberalização, não sendo capaz, assim, de captar a novidade subjacente ao conceito de globalização, a saber, a transplanetarização e a supraterritorialidade. Somado a isso, nota-se também que não há um entendimento claro acerca das transformações pelas quais o Estado vem passando contemporaneamente. Para o autor, “*a garantia mais firme contra a extensão global da exploração e da alienação reside no fortalecimento do Estado soberano democrático*” (Colás, 2002:161). Assim, embora reconheça “*(...) os perigos de se fetichizar os Estados nacionais existentes como a única fonte de poder democrático*” (Colás, 2003:98), a ênfase na importância do Estado como *locus* da ação política é problemática na medida em

que reflete o fato de que Colás não discute questões de cunho ontológico. Em outras palavras, a partir do momento em que tanto o Estado quanto o capitalismo são tomados como algo ontologicamente primitivo fica difícil ver como as estruturas (modo capitalista de produção e Estado soberano) se relacionam com a agência – ou seja, fica difícil identificar o papel dos agentes (movimentos sociais internacionais) na transformação das relações internacionais na medida em que todas as ações dos movimentos sociais internacionais devem ser internalizadas no Estado para que possa haver mudança.

Além disso, tal ênfase no Estado faz com que Colás perca de vista outras esferas que não só devem ser alvo dos movimentos de resistência global como já o são – por exemplo, organizações internacionais como FMI, OMC e Banco Mundial<sup>123</sup>. Estas, ao contrário do que afirma Colás, não são mera expressão da vontade dos Estados mas muitas vezes se articulam de maneira relativamente autônoma frente à esses. Nas palavras de Scholte,

*“muitas regulações chegam agora aos Estados a partir de arranjos supraestatais e do direito global mais propriamente do que a partir do próprio Estado. (...) De fato, muitos arranjos de governança supraestatal tem adquirido uma certa autonomia frente aos Estados”* (Scholte, 2004:7, 21).

O segundo problema crucial de Colás diz respeito aos limites de seu próprio aparato teórico. Vê-se que os clássicos (Marx, Engels e Lênin) identificavam tendencialmente o Estado com o conjunto de seus aparelhos repressivos. Contudo, com a complexificação do fenômeno estatal, Gramsci passa a fazer uma distinção entre duas esferas essenciais no interior das superestruturas – a sociedade política e a *sociedade civil* (Coutinho, 1981). Em suma, Colás perde de vista o fato de que o conceito de sociedade civil é o meio através do qual Gramsci enriquece o marxismo<sup>124</sup>, fato este que se reflete na pouca atenção que o autor dá não só a Gramsci como também às perspectivas neogramscianas.

Em suma, pode-se perceber que a influência dos neotocquevilleanos, do neoliberalismo e dos habermasianos sobre as visões desenvolvidas a partir da ótica das relações internacionais demonstra o predomínio, no campo dos estudos internacionais, das “concepções angelicais” de sociedade civil global (Houtart,

<sup>123</sup> cf. Scholte, 2004:38.

<sup>124</sup> É importante sublinhar que Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx. Na verdade, ele *“(...) as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico”* (Coutinho, 1981:88).

2001b). Isto é algo preocupante na medida em que “(...) *devemos ser mais presos ao presente, que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e de sua continuação*” (Gramsci, 2001:95). Além disso, em última instância, é possível encontrar um ponto comum que une tanto novos transnacionalistas, republicanos liberais e John Keane: a saber, a insistência de ambos nas promessas éticas da sociedade civil global<sup>125</sup>. De maneira mais específica, isso diz respeito à suposição de que “(...) *a reprodução global da sociedade civil na sua encarnação liberal provavelmente promoverá um mundo mais pacífico, legal e plural*” (Colás, no prelo:3), suposição esta que se expressa, por exemplo, nas constantes afirmações acerca do papel “civilizatório” da sociedade civil global que promoveria civilidade, não-violência, respeito pelo outro, transparência e compromissos entre seus atores (Kaldor, 2000 e 2003; Keane, 2003a e 2003b; Falk, 1995, 2001, 2004a e 2004b e Frost, 2002).

Tal visão predominantemente liberal do termo tem a limitação de ser incapaz de lidar com as variadas formas existentes de sociedade civil pelo mundo, além perder de vista o fato de que a sociedade civil não é um ator promotor da civilidade nem é composta por uma série de ativistas e grupos que visam levar o mundo para um estágio pós-vestifaliano. Somado a isto, o próprio conceito de sociedade civil global é limitado pois, se por um lado a emergência de uma economia global provê as bases materiais para um sociedade civil global (Robinson, 1996), por outro “*até os autores mais otimistas vêem a ‘sociedade civil global’ no sentido emancipatório como algo a ser atingido, não como algo que já existe*” (Cox, 1999:11). Assim, partindo de uma generalização, tal conceito é incapaz de lidar satisfatoriamente com a especificidade de cada expressão local da sociedade civil. Ou seja, faz-se necessário uma análise que leve em conta tanto a dinâmica da globalização (como uma ruptura histórica que tem sérias conseqüências para a sociedade civil) quanto a especificidade de cada luta social local e das sociedades civis locais – em suma, que leve em conta tanto o âmbito global quanto as particularidades de cada complexo sociedade civil/Estado e que deixe de ver a sociedade civil como um projeto normativo a ser realizado mas sim como um espaço social e político no qual grupos sociais muitas vezes antagônicos

<sup>125</sup> Como afirma Mervin Frost, “*a sociedade civil compreende todos aqueles homens e mulheres espalhados no mundo que, assim como eu, se consideram sustentadores da primeira geração de direitos e que reconhecem os outros como possuidores de tais direitos*” (Frost, 2002:68).

competem e entram em conflito. O próximo capítulo busca abordar tal problemática.